

Diap, 19/03/14

Brasil criou em fevereiro 260 mil vagas de trabalho com carteira

O Ministério do Trabalho informou nesta segunda-feira (17) que foram criados em fevereiro 260.823 empregos formais (com carteira assinada). Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O resultado de 111% é mais do que o dobro do registrado em fevereiro do ano passado, com 123.446 mil novos postos.

O número é resultado de 1.989.181 contratações com carteira assinada, menos 1.728.358 demissões no período. Foi o melhor fevereiro desde 2011, quando foram criados 280.799 postos.

Entre os fatores que ajudaram na elevada geração de empregos está o fato de que, ao contrário de outros anos, fevereiro de 2014 não contou com o feriado do carnaval.

A criação de vagas veio acima do esperado pelo mercado e foi também bem superior à de janeiro, quando haviam sido criados 29.595 postos com carteira assinada, sem ajuste.

Pesquisa da Reuters feita com analistas de mercado mostrou que a mediana das expectativas era de abertura de 110 mil novas vagas, com as projeções variando entre 91 mil e 130 mil novos postos.

A economia brasileira mostra os primeiros sinais de que atividade neste início de 2014 está em ritmo positivo, com produção industrial e varejo em alta. Ainda assim, especialistas avaliam que ainda é cedo para acreditar que a economia não vai desacelerar neste ano.

Mesmo com a volatilidade, o mercado de trabalho continua sendo uma das âncoras do governo da presidente Dilma Rousseff, que tentará a reeleição este ano.

Ministério vê 'reação do mercado de trabalho'

Para o ministério, o resultado de fevereiro mostra uma "reação do mercado de trabalho". "Com essa expansão, este é o sétimo mês consecutivo de desempenho superior, quando comparado ao mesmo período do ano", destacou o relatório.

Em 2014, o emprego não vai diminuir. Pelo contrário, vai garantir a irrigação da nossa economia por muito tempo ainda. Vivemos em pleno emprego"

No acumulado do ano, segundo o ministério, foram gerados 302.190 postos de trabalho e no acumulado dos últimos 12 meses foram criados 1.157.709 postos de trabalho. De acordo com o relatório, de janeiro de 2011 a fevereiro de 2014 foram criadas 4.792.529 vagas.

"Em 2014, o emprego não vai diminuir. Pelo contrário, vai garantir a irrigação da nossa economia por muito tempo ainda. Vivemos em pleno emprego. Agora, temos que qualificar esse emprego para ter competitividade e disputar a supremacia mundial", disse o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, durante a apresentação dos dados em Florianópolis.

A meta do Ministério do Trabalho é alcançar, ao longo de 2014, entre 1,4 milhão e 1,5 milhão de novos empregos. No ano passado, foram criados 1,11 milhão de vagas, pior resultado em dez anos e 14,1% menor do que o registrado em 2012.

Setor de serviços tem criação recorde para o mês

Os dados do Caged mostram que a expansão do emprego em fevereiro foi generalizada, com "todos os setores" apresentando um melhor comportamento frente a fevereiro de 2012", segundo o ministro.

O setor que mais cresceu foi o setor de serviços, com 143.345 empregos. A indústria de transformação foi o segundo, com 51.951 postos de trabalho. Em terceiro lugar ficou a construção civil com 25.055 postos.

Na sequência, aparecem comércio (+19.330 postos, o maior saldo para fevereiro desde 2005), administração pública: (+12.804 postos) e agricultura (+6.098, o que aponta para uma reação comparativamente a fevereiro de 2013, quando foram perdidos 9.775 postos).

Sul e Nordeste registram saldo recorde

Segundo os dados do Caged, a expansão do nível de emprego foi verificada nas cinco grandes regiões do país, com Sul e Nordeste registrando saldos recordes.

O estado de São Paulo liderou a geração de emprego no país em fevereiro, com 77.928 novos empregos formais.

No Sul, o saldo foi de 79.990 postos, proveniente da expansão recorde do emprego nos 3 estados: Santa Catarina (+27.891 postos ou +1,40%), Rio Grande do Sul (+26.487 ou +1%) e Paraná (+25.612 ou +0,94%).

Os catarinenses só ficaram atrás dos paulistas em número de vagas criadas. O estado de São Paulo liderou a geração de emprego no país em fevereiro, com um saldo de 77.928 empregos formais.

No Nordeste, a expansão foi de 17.565 postos, resultado do aumento do emprego em sete estados, com cinco deles registrando recordes: Bahia (+7.420 postos), Ceará (+7.231), Paraíba (+1.385), Piauí (+ 966) e Rio Grande do Norte (+931).

No Sudeste, o saldo foi de 130.628 vagas. No Rio, a expansão foi de 25.820 postos e no Espírito Santo, de 4.166.

No Centro-Oeste, foram gerados 29.515 novos postos e no Norte, 3.125 empregos formais. (Fonte: G1)

Diap, 19/03/14

Produção industrial cresce em janeiro em dez dos 14 locais pesquisados pelo IBGE

A produção industrial brasileira aumentou o ritmo na passagem de dezembro para janeiro em dez das 14 localidades pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O aumento, já com os descontos de fatores temporários, foi puxado pela expansão mais acentuada na indústria de Minas Gerais (7,0%), Ceará (5,4%), São Paulo (3,5%) e Região Nordeste (3,4%). Os dados foram divulgados pelo governo na sexta-feira (14).

De acordo com o IBGE, Pernambuco (2,8%), Rio de Janeiro (2,6%), Bahia (2,5%), Amazonas (2,5%), Espírito Santo (2,3%) e Santa Catarina (0,9%) completaram o conjunto de locais com taxas positivas, mas que ficaram abaixo da média nacional (2,9%).

Por outro lado, Goiás (-8,9%), após avançar 8,6% no mês anterior, e Paraná (-4,6%), que apontou o terceiro resultado negativo consecutivo, assinalaram as quedas mais elevadas nesse mês, enquanto Pará (-1,6%) e Rio Grande do Sul (-0,5%) registraram recuos mais moderados.

A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos 12 meses, ao mostrar expansão de 0,5% em janeiro de 2014, assinalou perda de ritmo frente à marca registrada em dezembro último (1,2%). Em termos regionais, nove dos 14 locais pesquisados apontaram taxas positivas em janeiro deste ano, mas nove apontaram menor dinamismo frente ao índice de dezembro último.

As principais reduções entre dezembro e janeiro foram observadas no Ceará (de 3,3% para 1,9%), Rio de Janeiro (de 0,1% para -1,0%), Minas Gerais (de -1,3% para -2,3%), São Paulo (de 0,7% para -0,1%) e Bahia (de 3,8% para 3,1%), enquanto os ganhos mais importantes vieram de Pernambuco (de 0,8% para 1,5%) e Espírito Santo (de -6,7% para -6,0%). (Fonte: PT na Câmara)

Agência Brasil, 19/03/14

Emprego na indústria começa 2014 menor do que em janeiro de 2013

Vinícius Lisboa - Repórter da Agência Brasil Edição: José Romildo

O pessoal ocupado pela indústria se manteve estável no mês de janeiro de 2014, em relação a janeiro de 2013, divulgou hoje o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, no entanto, houve queda de 2%, sobre uma base de comparação que já havia caído 1,2% em relação a janeiro de 2012.

A variação mês a mês do pessoal assalariado na indústria vem se mantendo estável ou negativa desde janeiro do ano passado. Em 2013, em todos os meses houve queda em relação a 2012. Nos últimos 12 meses, a queda acumulada do pessoal ocupado assalariado é 1,2%.

Os estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul tiveram os maiores impactos na taxa nacional na comparação com o mesmo mês de 2013. O pessoal ocupado na indústria paulista caiu 3,1%, e o da gaúcha, 3,3%, o pior resultado nacional. Bahia (-3,2%), Paraná (-2,3%), Espírito Santo (-2,2%), Rio de Janeiro (-1,8%), Minas Gerais (-1,4%), Ceará (-1%) e Pernambuco (-0,5%) acompanharam as reduções no pessoal ocupado. Santa Catarina teve alta de 0,4%. A taxa atribuída pelo IBGE às regiões Norte e Centro-Oeste subiu 1,3%.

Apenas quatro setores pesquisados expandiram o pessoal ocupado em janeiro de 2014, em relação a janeiro de 2013, 14 caíram. A maior alta foi no setor de produtos químicos, de 1,9%, seguido pelo de fumo, com 1,4%, e pelo de alimentos e bebidas, com 1,2%. O ramo de calçados e couro teve a maior queda no pessoal ocupado, 6,6% ante janeiro de 2013. Produtos de metal (-6%), refino de petróleo e álcool (-5,8%), têxtil (-5,8%) e máquinas e equipamentos (-5,6%) são os outros que mais caíram.

Outro dado da pesquisa, o número de horas pagas pela indústria ao pessoal ocupado subiu 0,1% em janeiro, ante dezembro, mas caiu 2,1% na comparação com janeiro de 2013. A queda manteve o número em patamares semelhantes aos de 2009, ano afetado pela crise internacional.

Os setores em que houve maior queda entre os 14 que recuaram foram os de fumo (-7,8%) e têxtil (-6,5%), e, entre os que subiram, se destacaram minerais não-metálicos (1,8%) e alimentos e bebidas (0,8%). Já em categorias regionais, a retração foi maior no Rio Grande do Sul e na Bahia, onde chegou a 4,1%. As regiões Norte e Centro-Oeste elevaram as horas pagas em 3,1% ante janeiro de 2013, e Santa Catarina e Rio de Janeiro também subiram, 1,1% e 0,9%. A indústria

paulista reduziu as horas em 3%, resultado parecido com a mineira (-2,9%) e com a média da nordestina (-3,5%).

A folha de pagamento real, que soma os gastos com pessoal, teve queda de 0,5% de dezembro para janeiro, mas subiu 3,7% de janeiro do ano passado para o deste ano. Em 12 meses, esse indicador acumula alta de 1,6%.

O maior impacto no resultado nacional veio da indústria paulista, que elevou os gastos com a folha de pagamento real em 4,4%. Em Minas, o segundo maior, a alta chegou a 7,2%, e nas regiões Centro Oeste e Norte, houve alta de 7,9%. Na contramão do resto do Sudeste, a indústria capixaba reduziu a folha em 5,6%, seguida pela pernambucana, com -2,9%. A média do Nordeste foi o principal impacto negativo, com queda de 1,4% na folha de pagamento real.

Diap, 19/03/14

Mulheres chefiam 93% das famílias atendidas pelo Bolsa Família

Para gestores, pesquisadores e estudiosos do tema, é praticamente unânime a visão de que um dos grandes acertos do Bolsa Família foi privilegiar a titularidade das mulheres. Do total das famílias atendidas pelo programa, 93% são chefiadas por mulheres e, destas, 68% são negras.

“Essa estratégia se mostrou acertada porque parte do pressuposto que as mulheres sabem o que é melhor para a família. Os estudos confirmam que elas usam o dinheiro para comprar, principalmente, alimentos e roupas, seguidos de outros itens”, argumenta a diretora da secretaria extraordinária para Superação da Extrema Pobreza do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrícia Vieira da Costa.

Maria Aparecida da Silva mora em Lagoa da Volta, a 15 quilômetros do município de Porto da Folha, em Sergipe. Beneficiária do Bolsa Família e do Programa Cisternas, ela se dedica a iniciativas inovadoras: além de produzir alimentos orgânicos e trabalhar com mudas de plantas, aprendeu a fabricar biodigestores – equipamentos de fabricação simples que possibilitam o reaproveitamento de detritos para gerar gás e adubo.

Com isso, deixou de comprar gás de cozinha e reduziu as despesas domésticas. Com a instalação de cisternas no pequeno sítio onde vive, no sertão nordestino, passou a armazenar água para irrigar a horta.

Assim, dona Cida, como é conhecida, aprendeu a conviver com o semiárido e multiplica esse saber, por meio de palestras. Hoje é um nome de referência para a comunidade e para a Associação de Mulheres do município.

Tabus

Estudo realizado pelo ministério em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em 2012 revela que, além de proporcionar mais autonomia às mulheres, o Bolsa Família contribuiu para o aumento de oito pontos percentuais da participação das mulheres nas decisões sobre compra de remédios para os filhos e de 5,3 pontos percentuais sobre os gastos com bens duráveis.

Ainda, segundo o estudo do Pnud, houve um aumento de 9,8 pontos percentuais no uso de contraceptivos pelas mulheres beneficiárias do Bolsa Família, indicando que elas têm cada vez mais força para tomar decisões sobre ter ou não ter filhos.

A pesquisa mostrou também que, entre as mulheres não ocupadas, o Bolsa Família estimulou um aumento de cinco pontos percentuais na procura por trabalho, com destaque para a região Nordeste. Isso porque, ao receberem uma renda mínima, as mulheres passaram a ter melhores condições para procurar um emprego, seja na hora de pagar a passagem de ônibus ou de preparar a documentação necessária para o trabalho. (Fonte: *Rede Brasil Atual*)

Diap, 19/03/14

Desemprego juvenil: persistente problema na América Latina

Ainda que a América Latina trabalhe com melhor sorte que outras regiões o impacto da crise financeira mundial, e nos últimos anos mostre crescimento econômico, mantém desigualdades e persistentes problemas como o desemprego juvenil.

Recentemente a Organização Internacional do Trabalho (OIT) alertou para a necessidade de aplicar políticas inovadoras e eficientes para resolver o panorama trabalhista juvenil na América Latina, região onde os jovens representam 43% do total de desempregados.

A diretora regional da OIT para a América Latina e Caribe, Elizabeth Tinoco, assinalou que a situação de crescimento econômico registrada pela região nos últimos anos não é suficiente para melhorar este problema, e ainda persistem o desemprego e a informalidade.

Na área existem aproximadamente 108 milhões de jovens, dos quais ao redor de 56 milhões fazem parte da força trabalhista, isto é que têm um emprego ou estão procurando um, mencionou Tinoco ao apresentar um estudo realizado pelo organismo.

O relatório sobre Trabalho decente e juventude: políticas para a ação, que compara dados entre os anos de 2005 a 2011, destacou que ao final deste período o desemprego juvenil chegou a 13,9%.

Acrescentou ainda que a taxa baixou com respeito aos 16,4% de 2005, os trabalhadores de 15 a 24 anos seguem enfrentando maiores dificuldades para encontrar um emprego, e sobretudo um de qualidade.

A taxa de desemprego juvenil, apontou, continua sendo o dobro da taxa geral e o triplo da dos adultos.

O estudo realçou as desigualdades, pois enquanto a taxa de desemprego juvenil sobe acima de 25% ao considerar só os setores de menores rendimentos, está abaixo de 10 pontos percentuais para os de maiores rendimentos.

Com respeito à qualidade do emprego, apontou que 55,6% dos jovens ocupados só conseguem trabalho em condições de informalidade, o que em general implica baixos salários, instabilidade trabalhista e carência de proteção e direitos.

De todos os jovens que são assalariados, apenas 48,2% têm contrato escrito, em comparação com 61% dos adultos, mostrou a pesquisa da OIT.

Entre os problemas mais preocupantes realça a existência de cerca de 21 milhões de jovens que não estudam nem trabalham, deles uma quarta parte procura ocupação, mas não a encontra, e ao redor de 12 milhões realizam trabalhos domésticos, essencialmente as mulheres.

O maior desafio está em 4,6 milhões de jovens que não trabalham nem estudam, e também não se dedicam aos afazeres do lar.

A boa notícia é que os jovens que só estudam aumentou de 32,9 % em 2005 para 34,5% em 2011.

Enfrentar a desocupação juvenil

De acordo com especialistas do organismo internacional, não há receitas únicas para enfrentar este problema, mas realçam as experiências exitosas e inovadoras em países como Argentina, Brasil, Costa Rica, Peru ou Uruguai, as quais podem ser adaptadas por outras nações.

Estas se voltam para o objetivo de conseguir uma melhoria e extensão dos programas de formação e capacitação para facilitar a transição escola-trabalho e permitir que os jovens tenham melhores qualificações quando procuram emprego, que sejam capazes de responder às necessidades do mercado de trabalho.

Falam também de criar incentivos para a contratação e a simplificação de trâmites na hora de procurar um posto de trabalho, simultaneamente de facilitar o empreendimento dos jovens.

Na opinião do especialista regional da OIT em emprego juvenil, Guillermo Dema, nos últimos anos adquiriu-se muita experiência sobre a forma de fazer frente aos obstáculos com que se deparam os jovens ao ingressar no mercado de trabalho.

No entanto, assinalou, o desafio é pô-las em prática, estender sua aplicação tanto geográfica como temporariamente e otimizar seu desempenho para que sejam eficientes.

Na opinião de Tinoco, "estamos diante de um desafio político que demanda uma demonstração de vontade na aplicação de políticas inovadoras e de efetividade demonstrada para fazer frente aos problemas de precariedade trabalhista".

As difíceis condições de trabalho dos jovens devem ser abordadas com políticas que estejam dirigidas especificamente a produzir mais e melhores empregos, e que lhes permitam aspirar a um futuro digno, realçou a diretora regional da OIT.

Na América Latina a situação trabalhista continua sendo desafiante e os experientes enfatizam a necessidade de redobrar os esforços para melhorar a quantidade e a qualidade dos empregos, que constituem um componente essencial de crescimento econômico pois fortalecem o mercado interno e criam um ambiente propício para o desenvolvimento produtivo.

O emprego é, em si, uma ferramenta essencial para a redistribuição da riqueza e a inclusão social, para a luta contra a pobreza e a desigualdade, daí a necessidade de que os governos tenham entre suas prioridades diminuir a um nível mínimo as taxas de desemprego juvenil. (Fonte: *Prensa Latina*)

Portal da CUT

"Crise na Europa: impacto para a classe trabalhadora" é tema do primeiro volume da coleção Cadernos Internacionais da CUT

18/03/2014

Publicação já está disponível no site da Central

Escrito por:

"Crise na Europa: impacto para a classe trabalhadora" é tema do primeiro volume da coleção Cadernos Internacionais da CUT. Organizada pela Secretaria de Relações Internacionais da Central,

a publicação faz parte da estratégia da CUT de construir e socializar conhecimento sobre temas globais que interferem de forma direta ou indireta no cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras.

"A publicação está dividida em capítulos que mostram, de forma simples e direta, que não se trata de "uma única" crise, de "uma única" Europa e de "um único" impacto para a classe trabalhadora. Os textos também nos levam a uma reflexão sobre o principal motivo desta crise: a luta de classes", diz João Felício, secretário de Relações Internacionais da CUT.

A Central Única dos Trabalhadores desenvolve em conjunto com a Secretaria Nacional de Formação/CUT e UNICAMP um curso que discute Políticas e Sindicalismo Internacionais (PSI), além de outras iniciativas de discussão sobre formação e temas internacionais, como a Universidade Global do Trabalho (GLU) e outros espaços, como os da Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA) e da Confederação Sindical Internacional (CSI).

O caderno "Crise na Europa" está disponível no site da CUT (www.cut.org.br) em duas versões:

- versão digital (E-book)
- versão para impressão gráfica (PDF com marcas de corte), para quem tiver interesse em imprimir.

Portal da CUT

Primeiro dia de Greve Nacional da Educação é marcado por atividades em todo o Brasil **18/03/2014**

Segundo o presidente da CNTE, trabalhadores estão utilizando esse momento para organizar o debate, informar e reivindicar o melhor para a educação pública

Escrito por: CNTE

A greve nacional da educação começou nesse dia 17/3 e foi organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que representa mais de 3 milhões de educadores das redes públicas de ensino de educação básica. Os profissionais exigem o cumprimento da lei do piso, carreira e jornada, investimento dos royalties de petróleo na valorização da categoria, votação imediata do Plano Nacional de Educação, destinação de 10% do PIB para a educação pública, contra a proposta dos governadores de reajuste do piso e contra o INPC.

Ainda sem todos os números, o presidente da CNTE, Roberto Franklin de Leão, acredita que a adesão à greve, que termina dia 19, com uma manifestação em Brasília, será significativa: "No primeiro dia já é possível perceber a movimentação nos estados, houve muitas atividades e diversos sindicatos estiveram em Assembleia. O importante é que os trabalhadores estão utilizando esse momento de paralisação nacional para organizar o debate, se informar e reivindicar o melhor para a educação pública".

Nessa segunda-feira, Leão participou de eventos da categoria em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, onde 80% das escolas já aderiram à greve. No período da manhã houve debate com deputados federais e também um seminário sobre o Fundeb.

No dia 19, quarta-feira, trabalhadores de todo o país virão para Brasília para promover um ato em defesa da educação, em uma tenda montada em frente ao Congresso Nacional, a partir das 9h da manhã. O presidente da CNTE explica a importância da manifestação: "As autoridades brasileiras precisam ver que a categoria está mobilizada e que vai continuar lutando para que o PNE entre em vigor, pelos royalties do petróleo, pelos 10% do PIB para educação pública, para que a lei do piso seja cumprida. Essa lei é o início de um processo de valorização dos trabalhadores de educação. O nosso objetivo é que todos os trabalhadores que atuam na área, inclusive os funcionários da educação, tenham piso, carreira, reconhecimento".

Para amanhã, dia 18, estão previstas atividades em vários pontos do Brasil. Confira a programação de alguns sindicatos filiados para os próximos dias:

SINTEAL/AL

18/03 - atividades de luta em Arapiraca (com participação dos núcleos regionais do Sintead)

08h: imprensa local

09h: praça da prefeitura

19/03 - participação de Ato Nacional em Brasília (DF) e Assembleia da rede municipal de Maceió

20 e 21/03 - continuidade da greve na rede estadual (caso não haja negociação ou definição do atendimento à pauta)

21/03 - Assembleia de avaliação para encaminhamento da luta

SIMMP/VC/BA

Dia 18 - Assembleia Geral, no auditório do Colégio Modelo

Dia 19 - Atividade de Formação, no auditório do Colégio Modelo

SINDIUTE/CE

Dia 18 – Passeata saindo da Praça da Bandeira indo até a Praça do Ferreira, indo com as alas da educação infantil, ala do ensino fundamental, ala dos professores/as, todos caracterizados com as camisetas da manifestação

APEOC/CE

Dia 18 – Ato Público em frente ao Palácio do Governo, às 10h, com representantes de todas as cidades da região metropolitana de Fortaleza

Dia 19 – Feriado em todo o Estado do Ceará, dia de São José padroeiro do estado

SINDIUPES/ES

Serra

Dia 18:

8h - Ato Público conjunto no HortoMercado da Enseada do Suá, Vitória

15h - Protesto em frente a Prefeitura da Serra

Dia 19:

14h - Assembleia no Centro de Treinamento de Carapina

Vila Velha

Dia 18:

8h – Ato Público conjunto no Hortomercado da Enseada do Suá, Vitória. Concentração às 7h em frente ao Shopping Praia da Costa

Vitória

Dia 18:

8h – Concentração em frente ao pedágio da 3ª ponte, em seguida, seguir para HortoMercado para ato público conjunto

15h30min - Manifestação em frente à PMV

SINTEGO/GO

18/03 - 09h: Aula da Cidadania no Palácio Pedro Ludovico Teixeira

19/03 - 06h: caravana à Brasília saindo da Praça do Trabalhador em Goiânia

SINPROESEMMA/MA

18/03 - 09h: debates sobre os rumos da educação pública no Maranhão, na Praça Benedito Leite, no Centro de São Luís.

SIND-UTE/MG

18/03 - serão protocoladas denúncias ao Ministério Público, em todas as regiões do Estado, sobre os problemas do Programa Reinventando o Ensino Médio, principalmente sobre a negativa de matrículas (a matrícula à noite é aceita apenas para jovens com carteira de trabalho assinada), por parte do Governo Estadual. Também serão organizadas caravanas a Brasília com educadores para participar da Greve Nacional da Educação.

19/03 - a categoria participa de duas frentes. Caravanas partirão de todas as regiões do Estado rumo a Brasília, para participar da manifestação da CNTE. Paralelamente, educadores de toda Minas Gerais participam, às 16 horas, de Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que discutirá a Campanha Salarial 2014 da categoria, com mobilização de toda a comunidade escolar.

SINTEPP/PA

18/03 - atos municipais

25/03 - 15h: Assembleia geral da rede estadual - CCNT/UEPA

SINTEM - João Pessoa/PB

17/03, 18/03, 19/03 – paralisação total

SINTEP/PB

18/03 - 14h30: comemorações do Dia Internacional da Mulher em João Pessoa

25/03 - Assembleia geral da rede estadual na sede do SINTEP/PB

SINTEPE/PE

Dia 18 – Ato Público com panfletagens no Recife

Dia 19 – Mobilização nos meios de comunicação com envio de e-mail para o Governador, Prefeitos, Secretários e Deputados Federais e Estaduais e Senadores, denunciando a situação das escolas

SINTE/PI

18/03 - concentração em frente à APPM

APP/PR

18/03 - Debate sobre a saúde e corte do auxílio-transporte (aulas de 30 minutos)

- Às 10h30: atos em todas as regiões do Estado em defesa de atendimento de qualidade a saúde. Para saber sobre o ato em sua localidade, entre em contato com o Núcleo Sindical da APP da sua região.

- No período da tarde e da noite, nas vias próximas às escolas, educadores(as) farão panfletagens sobre o dramático quadro da saúde da categoria

19/03 - Grande ato em Curitiba, com concentração a partir das 9h, na Praça Santos Andrade, e caminhada rumo ao Palácio Iguazu

SISMMAC/PR

Dia 19 – Mobilização em frente ao Paço Municipal e Assembleia Extraordinária

SISMMAR/PR

Dia 18 – Mobilização nas Escolas

Dia 19 – Paralisação das atividades

SINTE/RN

Em Greve desde 29/01

Dia 18 – Debate sobre o PNE/Projeto de Lei do Senado X Projeto de Lei da Câmara Federal

Dia 19 – Assembleia da Rede Estadual

SINTERO/RO

18/03 – caravanas do interior em Porto Velho

CPERS/RS

Dia 18 – Atividades no Núcleo

Dia 19 – Ato Estadual, com concentração às 10h00 em frente ao CPERS/Sindicato

SINTERG/RS

Dia 18 – Plenária sobre PNE e Piso

Dia 19 – Panfletagem e plebiscito no Largo Dr. Pio e Câmara dos Vereadores e Prefeitura

SINPROSM/RS

Dia 19 – Paralisação das atividades

APMI/RS

Dias 17, 18 e 19 – Não estará em greve, mas apoiará o movimento da Greve Nacional

SINPROCAN/RS

Dia 19 – Paralisação das atividades

SINTE/SC

18/03 – 14h00 – Assembleia estadual do magistério no centro sul, em Florianópolis

APEOESP/SP

Dia 18 – Aulas Públicas sobre a Política Educacional do Governo Estadual e visita as escolas

Dia 19 – Atos Públicos defronte às Diretorias de Ensino

Dia 20 – Reunião de Representantes de Escolas

SINPEEM/SP

Dia 18 – Paralisação das atividades e ato público pela valorização profissional e condições de trabalho

SINTET/TO

18/03 - 08h: Assembleia Rede Estadual, na Escola Anne Frank, Quadra 110 Norte.

Portal da CUT

Dia de Luta dos municipais de Fortaleza tem presença de Secretária de Relações do Trabalho da CUT

18/03/2014

Categoria reivindica cumprimento da Lei do Piso do Magistério; garantia de 1/3 da carga horária para planejamento de aulas e 10% do PIB para Educação Pública

Escrito por: Sindsep de Quixadá

Fortaleza, capital do Ceará, foi tomada pelos servidores e servidoras municipais com o Dia de Luta que aconteceu na manhã desta terça-feira (18). Os trabalhadores e trabalhadoras saíram da Praça da Bandeira e percorreram as ruas do Centro até chegar à Praça do Ferreira. Segundo a Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará (FETAMCE), entidade filiada a CUT, cerca de mil pessoas estavam presentes na manifestação.

O grande ato reuniu profissionais da educação, como professores, merendeiras e funcionários do setor administrativo. Também participam do protesto os profissionais da saúde e servidores de Fortaleza e Região Metropolitana.

“O ano de 2014 é uma grande oportunidade para o Brasil, que reafirmará a continuidade de um projeto popular em que a Classe Trabalhadora será novamente protagonista. A FETAMCE, que é uma entidade CUTista, tem dado grandes demonstrações de força e de discernimento quando realiza sua Campanha Salarial e sua Agenda de Lutas dialogando com a Copa do Mundo. Afinal, vivemos no país do Futebol que é também o Brasil de todos os trabalhadores e trabalhadoras” afirmou Maria das Graças Costa, Secretária de Relações do Trabalho da CUT Nacional.

Com carros de som e microfones, os municipais reivindicaram o cumprimento da Lei do Piso do Magistério, que caiu de 19% para 8,32%; garantia de 1/3 da carga horária para planejamento de aulas; 10% do PIB para Educação Pública; e royalties do petróleo para a valorização dos trabalhadores em Educação.

Cerca de 40 sindicatos de servidores e servidoras de diversos municípios cearenses participaram da manifestação. O ato, que faz parte de uma mobilização nacional, acontece desde esta segunda-feira (17), em Fortaleza, Crateús, Crato e Jaguaribe.

Endina Soares, presidenta da FETAMCE, avaliou a realização do Ato. "A FETAMCE tem se mantido atenta à agenda de lutas de todas as categorias que representa. O Dia de Luta que acabamos de realizar com mais de mil servidores e servidoras reafirma para a Sociedade que estamos unidos e unidas para garantir avanços para os(as) trabalhadores(as) e consequentemente para o Serviço Público de Qualidade", comemora a CUTista.

Portal da CTB

Bancários da CTB definem estratégia de luta para a Campanha Salarial 2014

Entre os dias 15 e 16 de março, a cidade de Salvador foi palco do Seminário Nacional da CTB-Bancários. Com a presença de cerca de 60 dirigentes sindicais, vindos de 15 estados, os cetebistas definiram sua estratégia de luta para a Campanha Salarial deste ano, além de debaterem a atual conjuntura e a necessidade de ampliar a mobilização da categoria por todo o país.

Para Augusto Vasconcelos, vice-presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, as últimas campanhas salariais apresentaram avanços, mas estes foram insuficientes para valorizar a categoria diante da alta lucratividade do sistema. "Devemos reencantar os bancários e ampliar a participação da categoria. Somente assim conseguiremos romper as dificuldades impostas pela ganância dos bancos", afirmou.

Segundo Eduardo Navarro, dirigente nacional da CTB e vice-presidente da Federação dos Bancários da Bahia e do Sergipe, o resultado dos debates realizados durante os dois dias de Seminário será levado pelos cetebistas para todos os fóruns estaduais e nacional durante os próximos meses.

"Realizamos um debate aprofundado sobre as reivindicações da CTB Bancários para o ano 2014", destacou Navarro. "Nossa ideia principal é valorizar os salários de uma categoria extremamente importante para o país", completou.

Propostas

Como resultado do Seminário, os Bancários da CTB identificaram a necessidade de toda a categoria, em nível nacional, lutar por um aumento real de 10% em 2014 (já descontada a inflação do último período).

No entanto, o debate não se limitou a discutir apenas a questão da valorização salarial, mas também dedicou grande espaço a temas como jornada de trabalho excessiva, imposição de metas descabida e inúmeros casos de assédio moral. "Todos esses fatores têm resultado no adoecimento de grande número de trabalhadores e trabalhadoras por todo o país", destacou Navarro.

Diante desse cenário, o presidente nacional da CTB, Adilson Araújo, enfatizou a necessidade de a Central levar para todo o país suas propostas. "Identificamos a necessidade de a CTB Bancária para o sucesso da mobilização da categoria bancária. A CTB é um instrumento necessário para fazer avançar questões da categoria bancária", afirmou o dirigente, sindicalista bancário da Bahia, após o Seminário em Salvador. "Já nesta campanha de 2014 a CTB Bancários deve se apresentar com propostas concretas, dignas do reconhecimento da nossa categoria", completou.

Bancários e o desenvolvimento

Os sindicalistas também deram destaque para o papel desempenhado pela categoria junto aos bancos públicos nacionais – elementos fundamentais para o desenvolvimento do país. Segundo Navarro, a CTB defenderá que essas instituições tenham uma política de gestão que privilegie seus funcionários.

Essa necessidade se torna ainda mais relevante na atual conjuntura política nacional e internacional. Em um momento no qual as forças conservadoras ganham espaço junto ao governo federal, somado à crise financeira internacional, os bancários classistas precisam estar prontos para enfrentar os desafios do movimento sindical.

"Os sindicatos, em especial aqueles que representam os bancários, têm uma posição estratégica neste momento. O setor rentista tem grande influência na política nacional e é por conta desses interesses que vemos o governo federal dar continuidade a uma política macroeconômica conservadora, que mantém o tripé neoliberal herdado do governo Fernando Henrique Cardoso", lembrou Adilson Araújo, referindo-se à política formada pelo alto superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação.

Para o presidente da CTB Nacional, a pressão dos banqueiros vem trazendo resultados, já que os números revelam a imensa lucratividade dos últimos anos, mesmo em um cenário de retração da economia. "Diante desse cenário, o Seminário do último final de semana serve para planejar nossa estratégia. Temos que nos organizar em nível nacional para valorizar mais e melhor os nossos quadros dirigentes, com vistas a fortalecer cada vez mais nossa interlocução entre a categoria", sustentou.

Portal CTB

Portal da CTB

Educadores aderem em massa à greve nacional da categoria

A greve nacional dos profissionais de educação começou nesta segunda-feira (17) e vai até a quarta-feira (19). A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) acredita que adesão ao movimento no primeiro dia extrapolou as expectativas. "Mais de 90% dos trabalhadores do setor estão paralisados e participam ativamente das manifestações por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação pública, além de lutar por valorização dos profissionais da área e por uma educação pública de qualidade", argumenta Marilene Betros, dirigente da CTB.

"Os profissionais da educação estão a todo vapor em defesa da implantação do Piso Nacional do Magistério, que os prefeitos e governadores insistem em solapar e o Ministério da Educação reajustou com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Nós defendemos o reajuste do piso com base Custo/Aluno/Qualidade, como definia anteriormente a lei", acentua a dirigente cetebista.

Além do piso dos professores, Marilene também enfatiza a luta dos educadores pela questão da jornada de trabalho, da qual defendem que 1/3 seja utilizada para a preparação de aulas, estudos e todos os fatores para melhorar as aulas.

Assim como a melhoria da estrutura nas escolas, melhorar os currículos e dar voz aos alunos e comunidades locais. Questão fundamental é que os "75% dos royalties do petróleo sejam destinados à educação pública contra as emendas feitas no Senado no Plano Nacional de Educação (PNE) tirando esse preceito do texto da lei", defende.

De acordo com ela, nesta segunda-feira ocorreram manifestações em diversas cidades com as reivindicações dos educadores. Várias audiências públicas em Câmaras de Vereadores e para a terça-feira (18) estão planejados diversos atos pelos estados explica. "O movimento está excelente indo de vento em poppa", acentua Marilene.

Marcos Aurélio Ruy – Portal CTB

Portal da Força Sindical

Greve dos Correios acaba; serviço só deve ser normalizado em abril

Após 42 dias de greve, funcionários dos Correios de ao menos 13 Estados voltaram ao trabalho na sexta-feira com milhões de cartas e encomendas atrasadas e a missão de normalizar a entrega até o começo de abril.

O último Estado a ter a distribuição em dia deve ser o Ceará, em 4 de abril, segundo levantamento feito pela Folha com os Correios. Alagoas, Paraíba e Pernambuco, onde a adesão foi maior, também entrarão em abril com pendências nas entregas.

A regularização deve ocorrer ainda nesta semana no Amazonas, em Minas Gerais, no Paraná e em Santa Catarina, segundo os Correios, e nos demais Estados até o dia 28.

Para isso, será necessário fazer mutirões nos fins de semana, deslocar funcionários administrativos para auxiliar nas entregas e fazer os grevistas compensarem os dias parados, segundo a estatal.

Portal da Força Sindical

Seminário debate custo sindical nos campos político e jurídico

Dirigentes de Chapecó e Oeste participarão do evento em Florianópolis que terá três dias de debates

Sindicalistas de Chapecó e região participam do seminário "O Custeio dos Sindicatos: Aspectos Político/jurídicos" a partir desta quinta-feira até sábado (20, 21 e 22) em Florianópolis. O evento, promovido pela Força Sindical Nacional e Força Sul (SC, PR e RS) será um dos mais importantes já promovidos no Estado.

O secretário Regional da Força Sindical de Santa Catarina Vilson Silveira, disse que a iniciativa vai "reciclar nosso meio, canalizando as mais variadas informações para melhorar o desempenho das instituições sindicais". Ele participa do evento que contará com a presença de líderes sindicais do país e exterior, senador, deputados e ex-ministros na condição de palestrantes. Já o vice-presidente da Força Estadual Juscemar Pavão, sustenta que "teremos muito a ganhar com

reflexo junto aos trabalhadores”. Também vai o seminário por entender que evento dessa envergadura “multiplica o saber” aspecto que sempre deve ser levado em consideração.

A primeira atividade, após a abertura nesta quinta, será a palestra “A necessária regulamentação do sistema de custeio das entidades sindicais” com o senador Paulo Paim e os deputados federais Paulo Pereira da Silva e Roberto Santiago. Na manhã do dia seguinte o jurista e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Sepúlveda Pertence falará sobre “Contribuição assistencial nos instrumentos coletivos de trabalho e a sua constitucionalidade”.

Denúncias - “As formas de custeio sindical no âmbito Internacional” será tema do painel internacional a ser realizado em seguida. À tarde, novo painel sobre “A controvérsia das cláusulas de custeio sindical: da universidade do instrumento coletivo aos limites da jurisprudência do TST”, com participação destaque do desembargador do Tribunal Regional do Trabalho – TRT 4ª região, Gilberto Souza dos Santos.

O terceiro painel “Da liberdade negativa à deliberação coletiva: As assimetrias da jurisprudência do TST no custeio sindical” terá o advogado e desembargador aposentado do TRT de São Paulo José Carlos Arouca, o procurador regional do trabalho aposentado Raimundo Simão Melo e o desembargador do TRT 9ª região, Luiz Eduardo Guinther. No último dia de seminário serão apresentadas denúncias de ato antissindical, leitura da carta de Florianópolis e formulação de denúncias à OIT - Organização Internacional do Trabalho.

Portal da UGT

UGT promove Plenária Unificada das Centrais, em Minas

A presença de sindicalistas de todo o estado e a afirmação de uma pauta única foi destacada pelos organizadores da plenária unificada, promovida pelas centrais sindicais, no Espaço Democrático da Assembleia Legislativa mineira (ALMG), dia 15 de março, fato considerado marcante pelo presidente da UGT-Minas, deputado federal Ademir Camilo.

Os pronunciamentos giraram em torno da precarização do trabalho e o PL 4.330, que o sindicalismo luta revogar ou retirar da pauta no Congresso Nacional; o piso salarial estadual, diferenciado do salário mínimo nacional, e a mobilização para o resgate do movimento sindical como porta-voz dos interesses dos trabalhadores e do povo. Exemplo como a Marcha das Centrais, já na sexta edição, a “Política de Valorização do Salário Mínimo”, e a adoção de propostas do movimento sindical na ocasião da crise mundial de 2008, com medidas como a redução do Imposto sobre a Produção Industrial (IPI), foram evocadas pelas lideranças para exaltar o poder da unidade dos trabalhadores.

PERIGOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO - Na primeira parte do encontro, líderes das centrais e especialistas expuseram a realidade e os perigos relativos ao movimento feitos em torno da legislação trabalhista. Ao abordar o tema “Terceirização e Precarização do Trabalho”, os painelistas Helder Santos Amorim, ex-Procurador-Chefe do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região (PRT3); Alessandra Parreiras, chefe de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em Minas; Marcelo Pertence, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT/MG), e Ellen Mara Ferraz Hazan, primeira secretária da Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais (CAA/MG) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG), demonstraram o quanto os trabalhadores terão de afinar prática e discurso para impedir retrocessos.

Como ações conjuntas, as Centrais deliberara o encaminhamento de documento para o governo estadual cobrando a implantação do piso regional e outro direcionado para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) condenando o que os sindicalistas acusam de ser “judicialização do movimento sindical”. A plenária também decidiu enviar mensagem ao Ministério Público do Trabalho na qual irá manifestar a oposição dos sindicalistas aos Termos de Ajustes de Conduta (TAC), que interferem diretamente na receita e no desempenho das entidades sindicais.

CONTRA O PL 4.330/2004 - O Projeto de Lei n. 4.330/2004, que tramita na Câmara dos Deputados, dispõe sobre a contratação de serviços terceirizados e as relações de trabalho dela decorrentes, numa tentativa de normatização do fenômeno da terceirização. Fenômeno da década de 1980, a terceirização de serviços se expandiu largamente no cenário empresarial brasileiro, sob a alegação de era preciso reformular o modelo de organização produtiva e alcançar o enxugamento dos custos de produção, elevando a competitividade da empresa nacional no mercado mundial globalizado.

Em que pese o movimento da jurisprudência dos tribunais trabalhistas, desafiadas na tarefa de apreender e mediar as repercussões da nova realidade sobre os direitos dos trabalhadores, não foi possível inibir a prática da terceirização, disseminada largamente em todos os setores da atividade empresarial, na década de 1990, em razão da crescente influência da doutrina neoliberal, que prega a flexibilização da legislação trabalhista e enfraquece a proteção ao trabalho decente.

DEFESA DA POLÍTICA NACIONAL DO MÍNIMO - No patamar de R\$ 724, depois da alta de 6,78%, em comparação aos R\$ 678, de 2013, o salário mínimo injetou R\$ 28,4 bilhões na economia brasileira ao reajustar os vencimentos de 48 milhões de pessoas, segundo estimativa do DIEESE. A maior fatia - 21,4 milhões - é formada por beneficiários da Previdência Social, e sofreu impacto de R\$ 22,8 bilhões. Em seguida, os empregados da iniciativa privada - 14,3 milhões - e os trabalhadores por conta própria - 8 milhões.

Em 2014, o novo salário mínimo garantirá ao trabalhador poder de compra para adquirir até 2,23 cestas básicas, na medida em que era verificado valor tão alto desde 1979. Desde 2002, a "Política de Valorização do Salário Mínimo", resultante da ação unitária das Centrais em nível nacional, representou aumento real de 72,35% para o salário mínimo, apesar da perda de dinamismo da economia brasileira.

POR UM PISO SALARIAL ESTADUAL - O painel "Piso Salarial Regional" foi amplamente abordado pelo economista e supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos de Santa Catarina (DIEESE/SC), José Álvaro Cardoso, conhecido como Zé Álvaro. Ele listou as vantagens que têm os trabalhadores de estados que contam com a instituição do mecanismo por meio de lei votada pela Assembleia Legislativa.

A aprovação do Projeto de Lei 77/2011, de autoria do deputado Celinho do Sintrocel (PCdoB), que tramita na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, visa implantar o salário mínimo regional no estado de Minas Gerais e dar fim à incoerência da inexistência do benefício na segunda economia estadual do Brasil.

Desde 2009, o Estado de Santa Catarina instituiu o piso mínimo regional. Os pisos salariais para os trabalhadores para a primeira, segunda, terceira e quarta faixas profissionais foram fixados, respectivamente em R\$ 835, R\$ 867, R\$ 912 e R\$ 957, a partir de reajuste médio de aproximadamente 9,3%, índice consideravelmente acima do registrado nacionalmente.

Nacionalmente, o reajuste do mínimo desde 2005 é determinado pela variação do PIB de dois anos anteriores acrescido do INPC do ano precedente, o que, em função do fraco resultado do PIB de 2011 (1%), trouxe um reajuste menor em 2014 do que nos últimos anos (9% em 2013 e 14% em 2012).

CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL - Para impedir o movimento social de se manifestar, o denominado interdito proibitório estabelece a aplicação de multas em cifras que podem chegar a valores de até R\$ 1 milhão, em caso de descumprimento. Alguns proíbem a aproximação do sindicato à distância em um raio de 200 metros dos locais de trabalho e outros até a apreensão de objetos e pessoas que estejam em frente às empresas, admitindo o emprego de força policial. A simples presença de sindicalistas pode ser entendida como ameaça ao patrimônio privado, reclamaram os sindicalistas.

Agência Brasil, 19/03/14

Greve de agentes penitenciários lota delegacias de São Paulo

Camila Maciel - Repórter da Agência Brasil Edição: Carolina Pimentel*

As delegacias com carceragem em São Paulo, onde os presos devem permanecer por no máximo 24 horas, estão superlotadas após o início da greve dos agentes penitenciários, informou o Sindicato dos Investigadores de Polícia de São Paulo (Sipesp). O 2º Distrito Policial, no Bom Retiro, por exemplo, está com 150 detentos, quando a capacidade é 25. Os detidos são levados para as delegacias, mas não conseguem transferência para os centros de detenção provisória, porque os agentes paralisaram as atividades consideradas não essenciais, como transporte de presos.

"Apoiamos a greve dos agentes penitenciários. Entendemos a situação deles, mas as delegacias viraram um barril de pólvora. Há risco de que venham a ocorrer motins, resgate de presos", apontou o presidente do Sipesp, João Batista Rebouças. Ele reclama que, apesar do agravamento da situação com a greve, esse já é um problema recorrente. "Mais de 70% dos investigadores estão em desvio de função. Não somos polícia carcerária e, sim, judiciária. Com isso, somente 4% das investigações policiais são esclarecidas", declarou.

De acordo com João Batista, as oito carceragens existentes nas delegacias do município estão com excesso de presos. No bairro Vila Penteado, na zona norte, o espaço para 20 pessoas abriga 50 detentos. Na Vila Carrão e em São Mateus, zona leste, as delegacias estão com 60 presos e 65 presos, respectivamente, quando a capacidade em cada uma delas é 25 pessoas.

Na manhã de hoje (18), cerca de 200 agentes penitenciários, segundo a Polícia Militar, fizeram um protesto perto do Palácio dos Bandeirantes. O governo estadual propôs aos grevistas que eles interrompessem a greve e a administração apresentaria uma nova proposta nesta quinta-feira (20). De acordo com a assessoria de imprensa do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de São Paulo (Sindasp), os que estavam presentes no ato já rejeitaram a

proposta. A questão, no entanto, deve ser debatida em assembleia, mas ainda sem previsão de data.

O último balanço do Sindasp aponta uma adesão de 28,5 mil servidores dos 30 mil trabalhadores em todo o estado. Em relação às unidades prisionais, estima-se que 150 das 158 foram afetadas pela greve. A Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), por sua vez, aponta que os serviços estão paralisados em 88 das 158 unidades.

Hoje, os agentes que trabalham na Penitenciária de Martinópolis voltaram a impedir a entrada de presos que estavam sendo trazidos de outra unidade. O sindicato informou que três carros levavam 22 detentos, mas não puderam entrar. Uma liminar concedida pela Justiça proíbe que os agentes adotem medidas no sentido de impedir o transporte de detentos para audiências e julgamentos e a transferência de presos entre unidades, inclusive aquelas em caso de progressão de regime.

O Sindasp informou, no entanto, que não foi notificado e, por isso, não está cumprindo a determinação judicial. A categoria reivindica, entre outras melhorias, a concessão de reajuste salarial de 20,64%, para repor perdas com a inflação acumulada de 2007 a 2012, além de 5% de aumento real. Durante a greve, estão mantidas apenas atividades consideradas essenciais, como transporte de presos em caso de urgência médica, alimentação, banho de sol e cumprimento de alvará de soltura.

Com a greve, há atrasos nos tribunais do júri na capital. No Fórum da Barra Funda, de segunda-feira (10) até ontem (17), foram canceladas 16 sessões de um total de 25 previstas. O balanço inclui julgamentos com formação dos conselhos de sentença e audiências para instrução de processos.

A reportagem da *Agência Brasil* esteve na manhã de hoje (18) no 2º Distrito Policial, no Bom Retiro, para verificar se há superlotação. O delegado titular não quis gravar entrevista e indicou que a reportagem procurasse a Secretaria de Segurança Pública, que é responsável pela administração de todas as delegacias do estado. O órgão, por sua vez, indicou a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), a qual responde somente pelas unidades prisionais do estado.

**Colaborou Fernanda Cruz*

Portal Mundo Sindical

Professores paralisam atividades por três dias na Bahia, diz sindicato

Professores das redes municipal e estadual de ensino da Bahia pararam as atividades nesta segunda-feira (17). De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado (APLB-BA), o movimento adere à greve nacional decretada pela Confederação dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e que acontece até quarta-feira (19).

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia informou, em nota, que respeita a decisão da categoria e que o movimento não deve impactar no calendário do ano letivo 2014. A Secretaria de Educação de Salvador também foi procutada pelo G1, mas ainda não se posicionou sobre a situação.

Segundo Rui Oliveira, coordenador-geral da APLB, toda categoria aderiu ao movimento. Dentre outros pontos, os professores reivindicam destinação de 10% do Produto Interno Bruto para educação pública, investimento dos royalties do petróleo na "valorização da categoria", bem como votação imediata do Programa Nacional de Educação (PNE) e cumprimento da lei do piso.

Volta às aulas

Novecentos mil alunos da rede estadual de ensino voltaram às aulas na segunda-feira (10), após 45 dias de férias. Por causa da greve dos professores em 2012, que durou 115 dias, o ano letivo de 2014 só irá terminar no dia 26 de janeiro de 2015.

Já as escolas da rede municipal de ensino de Salvador retomaram o funcionamento no dia 18 de fevereiro. Ao todo, a rede municipal contempla cerca de 136 mil estudantes e 425 escolas.

Fonte: G1 - 18/03/2014

Portal Mundo Sindical

Funcionários da Sabesp paralisam trabalhos na região de Itapetininga

Nesta segunda-feira (17), funcionários da companhia de água e esgoto da região de Itapetininga (SP), a Sabesp, entraram em greve. De acordo com o sindicato da categoria, a paralisação atinge 55 cidades.

Segundo o diretor do sindicato, Hilton Marioni, o motivo da greve é o fim do salário regional. De acordo com ele, os funcionários que atuam no interior têm salários 20% menor em relação aos que trabalham na capital.

Em Itapetininga (SP), as duas unidades da empresa estão com faixas fixadas indicando a greve. Na unidade de Tatuí, também foi colocado aviso sobre a paralisação. Ainda de acordo com o

representante da categoria, a adesão ao movimento grevista ocorreu também nas regiões de Avaré (SP) e Itapeva (SP), mas os serviços essenciais continuam sendo atendidos.

Fonte: G1 - 18/03/2014

Portal Mundo Sindical

Dedini faz acordo sobre o pagamento de 147 demitidos em Piracicaba, SP

Os 147 trabalhadores demitidos pela Dedini no dia 21 de fevereiro entraram em acordo com a empresa nesta segunda-feira (17), em Piracicaba (SP). O Sindicato dos Metalúrgicos realizou uma paralisação de cinco horas nesta manhã com os funcionários ativos para tentar pressionar a companhia por uma solução para o impasse entre empregadores e ex-empregados. Foram firmadas soluções quanto às pendências financeiras e ao cumprimento dos direitos trabalhistas.

O acordo aconteceu depois de ao menos três tentativas de negociação. Na semana passada, os trabalhadores não acataram propostas da Dedini a respeito do parcelamento da rescisão, além dos prazos propostos para a quitação das pendências trabalhistas. Após a reunião desta segunda, sindicato e empresa chegaram a um denominador comum.

A Dedini passa por crise financeira e dois dos seus prédios foram a leilão duas vezes em 2014 para quitar as dívidas com a União. Ambos, no entanto, foram fracassados por falta de lances para compra.

Durante a reunião com os sindicalistas, a empresa comprometeu-se a entregar o termo de rescisão de trabalho que permite a homologação no sindicato, a qual libera aos trabalhadores o seguro-desemprego e ainda permite a retirada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O valor das multas também foi definido e será proporcional à média dos últimos três salários recebidos pelos agora ex-funcionários.

O pagamento será parcelado de acordo com o valor que cada funcionário tem direito a receber e a primeira parte da verba rescisória será paga em 10 de abril. Em caso de atraso no pagamento será aplicada multa de 30% sobre o valor da parcela. Até que todos os direitos trabalhistas sejam cumpridos, o tíquete-alimentação continuará a ser pago.

Em 10 de abril a Dedini também pagará a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e se comprometeu a regularizar os atrasos do FGTS até julho deste ano.

Compensação

Os demitidos ainda terão direito a um salário nominal e mais R\$ 1.251,80 como compensação pela perda do plano de saúde. Para João Carlos Ribeiro, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba e funcionário da Dedini, o sindicato acompanhará a situação para garantir cumprimento ao que ficou acordado. "Agora vamos monitorar todos os vencimentos para ver se empresa vai cumprir o acordo", ressaltou.

Esforços

Por meio de assessoria de imprensa, a Dedini informou que fará todos os esforços para cumprir as obrigações firmadas com os demitidos. A empresa reforçou que passa por um período de "baixo nível de investimentos" no segmento do qual faz parte, mas ressaltou que há somente uma "oscilação normal" para uma instituição deste porte.

Fonte: G1 - 18/03/2014

Portal Mundo Sindical

Em greve há um mês, professores de Várzea Grande (MT) fazem protesto

Professores da rede municipal de Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá, fizeram um protesto nesta terça-feira (18) em uma praça na esquina da Avenida Couto Magalhães com a Rua Clóvis Huguene, no Centro da capital. Segundo a secretária-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Várzea Grande (Sintep-VG), Ana Delma Borges, cerca de 100 pessoas se reuniram no local para reafirmar as reivindicações da categoria. Durante o ato, eles distribuíram panfletos à população.

"Dois panfletos foram distribuídos, um cobrando os 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação e outro pedindo que os royalties do petróleo também sejam destinados à educação", pontuou Ana Delma. Ela adiantou que um Plano de Cargo, Carreira e Salários (PCCS) deve ser apresentado ao sindicato pela Secretaria de Educação. Às 17h [horário de Mato Grosso] desta terça-feira, representantes do sindicato devem se reunir para avaliar a proposta.

Já na manhã desta quarta-feira (19), a categoria irá realizar uma assembleia para decidir se aceitam a proposta da prefeitura do município e terminam a greve ou se permanecem. O evento será no ginásio da Escola Estadual Licínio Monteiro, em Várzea Grande, às 8h. E no período da tarde, às 14h, o sindicato deve divulgar o resultado da votação da assembleia, na Praça Alencastro, em Cuiabá.

Em greve desde o dia 17 de fevereiro, o sindicato cobra a reestruturação do PCCS, a revisão salarial, o pagamento de férias e a concessão de licença-prêmio. "O piso não foi pago em 2013 e nem em 2014. O piso hoje é de R\$ 906, mas deveria ser de R\$ 1.060,00, que todo mês impacta em 16% a menos no salário do profissional. Temos que corrigir isso", cobrou o presidente do sindicato da categoria, Gilmar Soares.

Ele argumenta ainda que um professor do município vai receber quase a metade do que um profissional do estado a partir do próximo mês quando o salário do professor da rede estadual deve subir de R\$ 1.568,00 para R\$ 1.750,00.

No ano passado, os profissionais também entraram em greve com a alegação de que a prefeitura não teria cumprido os acordos assinados nas paralisações anteriores. Depois de 16 dias de paralisação, eles retomaram as atividades após reunião com o prefeito da cidade, Wallace Guimarães, e o secretário de Educação do município, Jonas da Silva.

Fonte: G1 - 18/03/2014

Portal Mundo Sindical

Centrais lançam 8ª Marcha da Classe Trabalhadora em São Paulo

Trabalhadores de diversas categorias ocuparam a Praça Ramos de Azevedo, no centro da cidade de São Paulo, na manhã desta terça-feira (18), para participar do lançamento da 8ª Marcha da Classe Trabalhadora, convocada pelas centrais sindicais para o dia 09 de abril.

A mobilização marca a retomada da luta da "Agenda da Classe Trabalhadora", que reúne as propostas para desenvolver o País com soberania, democracia e valorização do trabalho, num ano repleto de eventos importantes, como a Copa do Mundo e as eleições gerais no País.

No ato de lançamento, estiveram presentes presidentes e representantes das centrais sindicais CTB, CUT, CGTB, FS, UGT e NCST, que reforçaram as bandeiras que compõem a pauta trabalhista.

"Vamos cobrar do governo o andamento da pauta da classe trabalhadora, que inclui as bandeiras como a redução da jornada de trabalho, o fim do fator previdenciário, o fim do projeto que amplia a terceirização, a correção da tabela do IR, reajuste digno para os aposentados, entre outras. Todas essas reivindicações fundamentais para os trabalhadores já foram entregues ao presidente da Câmara e ao Governo Federal e não recebemos retorno, não avançamos. Então, esse ato é para pressionar", afirmou Wagner Gomes, secretário-geral da CTB nacional e um dos coordenadores da atividade.

Durante suas intervenções os sindicalistas não deixaram de lado temas importantes como a industrialização e o transporte público, que afetam sobremaneira o dia a dia do trabalhador brasileiro.

"Não estamos aqui apenas pela pauta trabalhista, mas também por mais emprego, mais salários e condições dignas de vida para esses trabalhadores e trabalhadoras que sofrem cotidianamente, sendo espremidos em trens e metrô de São Paulo.", destacou o dirigente da CTB, ao lembrar do caos e a superlotação que enfrenta o cidadão paulistano ao se deslocar de casa para o trabalho.

São Paulo: ato nacional

O ato nacional será em São Paulo e sairá da Praça da Sé, às 10 horas, seguindo em passeata até o vão livre do Masp, na Avenida Paulista. No entanto, a atividade será promovida em diversas cidades brasileiras pelas centrais estaduais.

"A expectativa é reunir cerca de 60 mil trabalhadores neste ato nacional, que acontece em São Paulo, mas as estaduais devem organizar atividades semelhantes em diversas cidades país afora", Onofre Gonçalves, presidente da CTB-SP.

O presidente estadual da CTB convocou os trabalhadores a ocuparem as ruas e mostrar o descaso com que governo e empresários têm tratado as reivindicações unitárias do movimento sindical, como a redução da jornada de trabalho, o fim do Fator Previdenciário e a ampliação de direitos. "A mobilização soará como um recado às forças do retrocesso de que as Centrais Sindicais têm propostas que atendem aos interesses dos trabalhadores e dos empresários, pois o objetivo é desenvolver o País com soberania e valorização do trabalho", conclamou.

Fonte: Cinthia Ribas/Portal CTB - 18/03/2014

Portal Mundo Sindical

Centrais paraguaias convocam greve contra privatização e entreguismo

A greve geral convocada unitariamente pelo movimento sindical do Paraguai "Em defesa da soberania da Pátria" para o dia 26 de março (quarta-feira) tem ampliado apoios "contra o congelamento salarial, a privatização e o entreguismo selvagens" defendidos pelo presidente Horácio Cartes e expressos na lei de Aliança Público-Privada (APP), aprovada recentemente.

"Nos levantamos contra uma privatização encoberta das instituições do Estado, dos seus recursos estratégicos, daquilo que é essencial ao desenvolvimento nacional como água, luz, telecomunicações, portos e minas. Com esta lei, a educação e a saúde passam para mãos privadas, da mesma forma que tudo o que se referir a bens e serviços", afirmou o presidente da Central Unitária de Trabalhadores Autêntica (CUT-A), Bernardo Rojas, descrevendo a repetição da surrada cartilha do Fundo Monetário Internacional.

Segundo Rojas, com o apoio de amplos setores da mídia, o governo Cartes tenta "vender a mensagem de que concessão não é privatização, o que é insustentável": "temos que chamar as coisas pelo que são, uma entrega por 30 anos onde o lucro fica com as multinacionais e o risco fica com o Estado". Ao mesmo tempo em que avança sobre o patrimônio público, alertou, o governo paraguaio se utiliza de instrumentos ditatoriais para impor seu modelo vende-Pátria. "Com a lei das APPs o Parlamento e o Judiciário perdem atribuições constitucionais e o governo fica com as mãos livres para aplicar a receita que atende os interesses estrangeiros, o que só irá aumentar a imensa desigualdade já existente no nosso país. O fato é que com as privatizações haverá um desmonte do Estado, não vai haver política de investimento, mas um aumento das demissões, da precarização das relações de trabalho e da informalidade", acrescentou.

Conforme levantamento das centrais, 64% da população paraguaia têm necessidades básicas insatisfeitas e pelo menos 20% está mergulhada na extrema pobreza. Cerca de 43% vivem na área rural, mas apenas 351 proprietários concentram 77% do total das terras, enquanto 40% dos agricultores sobrevivem confinados em 1% da área. Ao mesmo tempo, a soja representa 66% da terra cultivada, uma produção estimada em 10 milhões de toneladas, controlada pelas multinacionais ADM, Cargill, LDC e Bunge.

"As multinacionais da soja estão tomando todo o território nacional e expulsando os camponeses de suas terras, envenenando tudo: terra, água, fauna e flora, comprometendo inclusive a permanência dos agricultores e de suas famílias. É contra esta lógica de saque que estamos protestando", frisou.

Contra o arrocho salarial

A luta pela recuperação do poder de compra do salário mínimo, "violentamente arrochado nos últimos anos", apontou Rojas, é uma das bandeiras principais da mobilização, "pois atualmente o valor é tão baixo que sequer cobre a cesta básica". "Se a perda do salário mínimo supera os 30%, como o governo pode anunciar um reajuste de 10%? Nós queremos dialogar para construir uma política de valorização salarial, de ganhos reais, olhando para frente", acrescentou.

Diante das ameaças à soberania e da crescente intransigência governamental, crescem os apoios à paralisação junto aos mais variados setores sociais, como a Federação Nacional de Estudantes Secundaristas, a Assembleia de Estudantes Universitários e a Federação Nacional de Camponeses, que anunciam piquetes e bloqueios na capital e no interior.

Sobre as constantes violações ao direito de liberdade sindical e negociação coletiva, o presidente da CUT-A reiterou a denúncia de que há uma cumplicidade entre o governo, o poder judiciário e a polícia para reprimir as manifestações de trabalhadores. "É uma ação que conta com o respaldo de setores da mídia, que tentam fazer crer que nossa greve é extemporânea e inoportuna. Dizem que estaríamos convocando ações com violência, truculentas, todo um discurso feito para intimidar e justificar uma repressão indiscriminada", destacou.

Bernardo Rojas lembrou que na época da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) havia a chamada lei 209, da Defesa da Paz Pública e Liberdade da Pessoa, feita para intimidar e perseguir opositores. "Hoje o governo volta a aplicar esta mesma lei com o nome de Perturbação da Paz Pública para imputar e encarcerar os dirigentes por organizar manifestações ou encontros. Ou seja, toda manifestação é reprimida judicialmente para atemorizar os dirigentes", condenou.

Um dos muitos exemplos de abusos, apontou Rojas, são os camponeses presos políticos de Curuguaty, há 30 dias em greve de fome, "embora a sociedade paraguaia esteja mobilizada pedindo sua liberdade, pois a acusação contra eles não tem pé nem cabeça". O presidente da CUT-A disse haver semelhança entre o ocorrido em Curuguaty e na Venezuela onde a CIA utilizou franco-atiradores para assassinar os manifestantes contrários ao governo a fim de jogar a culpa do massacre sob os ombros do então presidente Hugo Chávez. A verdade dos fatos está bem narrada no documentário "A Revolução não será televisionada".

"Há uma compreensão de que foram forças especiais, de elite, que protagonizaram o confronto entre a polícia e os camponeses desalojados em Curuguaty. O objetivo do confronto foi, obviamente, a derrubada do presidente Fernando Lugo", sublinhou.

Como na Venezuela, uso de franco-atiradores

Na região de Curuguaty está localizada a estância de Morombí, propriedade do latifundiário e grileiro Blas Riquelme, dono de mais de 70 mil hectares. O "terrateniente" é uma das viúvas da ditadura do general Alfredo Stroessner (1954-1989), um dos principais beneficiados pela

tristemente célebre Operação Condor, desenvolvida pela CIA no Cone Sul para torturar, assassinar e desaparecer com todo aquele que ousasse contrariar os interesses estadunidenses na região. Ele também foi presidente do Partido Colorado – o mesmo do presidente Horacio Cartes – por longos anos e senador da República, sendo igualmente dono de uma rede de supermercados e estabelecimentos pecuários.

Como Riquelme havia se apropriado mediante subterfúgios legais de aproximadamente dois mil hectares pertencentes ao Estado paraguaio, camponeses sem terra ocuparam o local, solicitando do governo Lugo a sua desapropriação para fins de reforma agrária. Um juiz e uma promotora ordenaram a retirada das famílias por meio do Grupo Especial de Operações (GEO) da Polícia Nacional, esquadrão de elite que, em sua maioria, foi treinado por militares dos EUA na Colômbia, durante o governo fascista de Álvaro Uribe.

Na avaliação do jornalista e pesquisador paraguaio Idilio Méndez Grimaldi, que também é membro da Sociedade de Economia Política do Paraguai (SEPPY), somente uma sabotagem interna dentro dos quadros da própria inteligência da Polícia, com a cumplicidade da Promotoria, explicaria a emboscada na qual morreram seis policiais. Uma ação estrategicamente planejada com um objetivo bem definido. “Não se compreende como policiais altamente treinados, no marco do Plano Colômbia, pudessem cair tão facilmente numa suposta armadilha feita por camponeses, como quer fazer crer a imprensa dominada pela oligarquia. A tropa reagiu, matando 11 camponeses e deixando cerca de 50 feridos”. Entre os policiais mortos, ressalta, estava o chefe da GEO, Erven Lovera, irmão do tenente-coronel Alcides Lovera, chefe da segurança do presidente.

Fonte: Leonardo Wexell Severo/ComunicaSul - 18/03/2014

Organizado por Ernesto Germano